

AMANDA GOMES MENDES MACHADO

**RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O
PAPEL DO PROFESSOR NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO**

GOIÂNIA

2023

AMANDA GOMES MENDES MACHADO

**RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O
PAPEL DO PROFESSOR NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professora Orientadora: Norma A. Cardoso

GOIÂNIA

2023

AMANDA GOMES MENDES MACHADO

**RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL DO
PROFESSOR NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Profa. Orientadora: Ma. Norma A. Cardoso

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Profa. Convidada: Ma. Patrícia Marcelina Loures

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Nota final: _____ ()

Goiânia, ____/____/2023.

“As práticas educativas que se pretendem iguais
para todos acabam sendo as mais discriminatórias.”
(GOMES, 2009)

RESUMO

O presente estudo trata da temática da educação para as relações étnico-raciais, visa discutir o processo de racialização na sociedade brasileira, como promover uma educação para as relações étnico-raciais na Educação Infantil e analisar a importância do papel do professor. Realizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico, contando com um quadro de autores importantes que contribuíram para o estudo, como: Munanga (2003); Cavalleiro (2006); Moore (2007); Souza (2011); Schucman (2010), entre outros. Discute-se o racismo como um fenômeno complexo, atemporal, universal. É uma forma de consciência historicamente estruturada nas relações de poder, dominação e a utilização da violência contra uma raça a favor de outra. É dinâmico, evolui, mas permanente na sociedade. Fundamentalmente o racismo é um fenômeno antinegro. A educação é o meio pelo qual o indivíduo aprende os modos de vida e comportamentos de uma dada cultura, e constrói novos significados, enfim, a educação humaniza-o. Então, torna-se importante defesa de uma educação para as relações étnico-raciais, que reconheça e valorize as diversas identidades culturais, o pluralismo racial, tendo por base uma cultura da diferença. A instituição de Educação Infantil é o espaço educativo por excelência para que desenvolva uma nova consciência fundamentada no respeito coletivo e no princípio da diferença. Por fim, considera-se que não dá para negar o racismo. A luta contra o racismo deve ser permanente e a educação, a escola tem um papel social quanto ao processo de humanização do homem, e o professor tem o compromisso ético de não deixar que as crianças continuem sofrendo com práticas racistas nas escolas.

Palavras-chave: Racismo. Relações Étnico-Raciais. Educação Infantil. Papel Professor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 EDUCAÇÃO E RACISMO	8
2 PRÁTICAS RACISTAS E AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS	30

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objeto central de estudo, o tema das relações étnico-raciais na educação, sobretudo na educação infantil. Essa investigação surge da necessidade de trabalhar a diversidade racial na educação infantil a partir da minha experiência nos estágios realizados neste campo, de maneira que o professor possa contribuir para a superação do racismo. Propõe responder como o racismo se estrutura, e qual é a importância de uma educação para as relações étnico-raciais. Tem como objetivos discutir o processo de racialização na sociedade brasileira, debater como promover uma educação para as relações étnico raciais na Educação Infantil e analisar a importância do papel do professor.

O racismo constitui-se historicamente no mundo, tornando-se uma realidade permanente nas sociedades e uma preocupação para toda humanidade. As formas de expressão e entendimento do racismo vão se modificando e complexificando de acordo com o contexto histórico e os modelos de dominação mais modernos, neste sentido ele avança ao longo do tempo. É um fenômeno formado tendo por base as relações de poder assimétricas, caracterizadas pela bipolaridade superior-inferior, nos processos de conquista, colonização e escravização de vários povos, principalmente da África e Ásia, por isso está associado a população negra.

O trabalho está estruturado em dois capítulos. O primeiro “Educação e racismo”, discute o que é racismo, como surgiu, dando ênfase principalmente no contexto de globalização proporcionado pelo ciclo das grandes navegações que desenvolveu todo um processo de conquista, domínio, colonização, extermínio e escravização dos povos das Américas, África, Ásia por países da Europa, caracterizando neste contexto histórico, a luta pela posse e dominação monopolista dos recursos vitais dessas sociedades. Neste processo, forma-se na sociedade uma consciência historicamente determinada de superioridade de um povo em relação a outro. E este outro é a população negra do continente africano que foi escravizada na colonização das Américas, como o Brasil. Formou-se uma representação negativa em torno da pessoa negra, suscitando o ódio dirigido contra toda a população negra.

A racialização presente na sociedade brasileira elabora diversas práticas racistas que se manifestam nas relações cotidianas entre as pessoas e nos diversos

ambientes e contextos sociais. Está presente na política, na cultura, na economia, na educação etc. podendo ser revelada, nas condições atuais que a população afrodescendente se insere na sociedade brasileira, apresentando altos índices de analfabetismo, evasão, poucos anos escolas, de extermínio da juventude negra.

O acesso a educação para os negros no Brasil ainda é um desafio, ainda, o fato de ser negro traz desvantagens para sua inserção e permanência na escola.

O segundo capítulo “Práticas racistas e as relações étnico raciais na educação infantil” trata da necessidade, do investimento em uma educação para as relações étnico-raciais e discute isso na Educação Infantil. Diante de um contexto de uma sociedade racializada, de formação de consciências que dirigem o ódio contra o outro diferente, o negro, é importante o papel que a educação pode exercer na desconstrução das ideias racista, contribuindo para a formação de pessoas que não queiram eliminar o diferente mas, aprendam a reconhecer e valorizar as diferenças, seja de cor ou outras.

Uma educação que inclui a discussão das relações étnico-raciais é fundamental para o processo de educação e formação humana. Este estudo faz a opção de olhar especificamente para a primeira etapa da educação, que é a educação infantil. Primeiro, porque as práticas racistas, as agressões físicas e simbólicas contra as crianças negras começam na instituição de educação infantil, e, segundo, porque a Educação Infantil tem como objetivo geral de educação promover o desenvolvimento integral da criança, desse modo, uma educação para as relações étnico-raciais pode contribuir muito para o desenvolvimento de um sujeito que tenha um outro olhar e atitude para as diferenças.

Considera-se que o estudo realizado tem uma contribuição importante para lembrar que o racismo existe, está avançando no mundo em proporções brutais, o racismo está presente na educação no conteúdo ensinado, em como o professor ensina, nas relações professor e aluno e aluno-aluno, em como o professor se posiciona ou se omite em relação às práticas racistas que acontece na escola, e, também, na própria negação do racismo. Por isso, o estudo enfatiza o papel importante do professor, seu comprometimento, a postura ética e política de lutar para a desconstrução da consciência raciológica de sociedade.

1 EDUCAÇÃO E RACISMO

O racismo compreendido como uma forma de consciência historicamente construída e determinada, que está presente em todos os âmbitos sociais, faz-se presente, então, no âmbito educacional, a começar pela educação Infantil. Por meio da educação as gerações compartilham cultura, saberes, como também valores, modelos sociais de comportamentos, formam uma personalidade (BRANDÃO, 2013; CHARLOT, 2013). Compreendendo que a educação é pensada e organizada sistematicamente dentro de um contexto histórico marcado pelos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, entende-se que ela está submetida a tensões, disputas de ideias e projetos hegemônicos de determinados grupos da sociedade. Nesta perspectiva, a instituição educacional é um espaço inserido dentro de uma sociedade e os conflitos e dilemas vividos pela sociedade comparecem na instituição escolar pelas trajetórias individuais e coletivas de seus sujeitos alunos.

Desse modo, práticas racistas estão presentes nas relações entre as crianças, entre adultos, professor e crianças. Sabe-se que a instituição educacional pode ser um espaço de reprodução das ideias racistas e alimentação do preconceito, discriminação contra as diferenças, mas também pode ser um espaço de reflexão, questionamento dessas práticas. Nesse sentido, considera-se pertinente a discussão das relações étnico-raciais na educação.

Neste capítulo busca-se realizar breve retomada histórica da constituição do racismo centrado no contexto de formação da sociedade brasileira, no processo de colonização e compreender como as relações sociais desiguais e de violência estruturadas neste tempo histórico repercutem no presente.

Para entendermos o termo racismo partiremos do conceito de raça que para Munanga (2003) se construiu na ciência a partir das classificações de diferentes vegetais e animais propostas pelo naturalista Lineu (1707-1778). Segundo Munanga (2003) e Francisco Júnior (2008), autores distintos que discutem os termos raça e racismo em suas obras, a supremacia branca, termo usado por Francisco Júnior (2008) é utilizado para classificar a população branca que acreditava na superioridade racial, e empenhou-se cientificamente para justificar a dominação de diversos povos. Munanga (2003) ressalta que o intuito principal de pesquisas e experimentos que identificaram diferenças biológicas como tamanho e formato da

massa cefálica, entre seres humanos de etnias diferentes, era para argumentar e legitimar a exploração de povos distintos. Segundo Schucman (2010), com o avanço da ciência é difícil sustentar cientificamente ideologias que defendem diferenças raciais entre seres humanos:

No século XX, com o avanço das ciências biológicas e genéticas, os estudiosos deste campo chegaram à conclusão de que a raça como realidade biológica não existe, pois os marcadores genéticos de uma determinada raça poderiam ser encontrados em outras e, portanto, experiências genéticas comprovaram que: pretos, brancos e amarelos não tinham marcadores genéticos que os diferenciavam enquanto raça. Desta forma, mesmo que os patrimônios genéticos dos seres humanos se diferenciem, as diferenças não são suficientes para classificá-los em raças. (SCHUCMAN, 2010, p. 44)

Após a formação das civilizações observa-se a necessidade do ser humano em classificar funções, coisas e até mesmo pessoas. Munanga (2003) traz conceitos de raça do latim que se relacionam com os termos descendência e linhagem, presentes desde a Grécia antiga, onde acreditavam-se que determinados indivíduos nasceram para tarefas que envolvem o raciocínio e dialética, enquanto outros para guerra e trabalhos braçais.

O conceito de diferenças raciais parte de ideologias que consentem com convicções que legitimam a superioridade entre indivíduos, possibilitando a exploração de um povo por outro. O termo racismo funda-se a partir da concepção de raça e segundo Schucman (2010) racismo é toda e qualquer tentativa de legitimação de dominações entre indivíduos: “Considero racismo qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado na ideia de raça”. (SCHUCMAN, 2010, p. 44).

Florim (2019) exemplifica alguns conceitos da escravidão antiga, explora as concepções presentes nas contribuições de Aristóteles, filósofo grego que de acordo com Florim (2019) contestou a legitimidade da escravidão em suas obras ético-políticas, e indagou as diferentes formas de governo ou domínio de um homem sobre o outro.

Conforme Florim (2019), Aristóteles apresenta características principais impostas a uma pessoa escravizada, são atributos de objetos, que limitam as vontades naturais de um ser humano:

Aristóteles começa por apresentar as duas primeiras características que definem o escravo: ele é um objeto de propriedade do senhor e um instrumento de produção. Cada objeto de propriedade é um instrumento para a vida, e a propriedade é um conjunto de instrumentos. Também é colocado que o escravo é um objeto de propriedade animado, e que cada subordinado é um instrumento de ação, sendo assim o escravo um subordinado na ordem dos instrumentos de ação. (FLORIM, 2019, p. 4).

A pessoa escravizada é dominada e se torna propriedade de seu senhor, é vista como um objeto. Ou seja, o indivíduo não pertence mais a si mesmo, deixa de ser dono de si e passa a pertencer a outro.

No Brasil, mas não somente, a população negra descendente da população africana sofre com os ideais do racismo, sua aparência, costumes e cultura em geral são marginalizados. O documento *Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais* (BRASIL, 2006) a partir de autores colaboradores como Cavalleiro et al. (2006) destaca que isso se dá devido a escravização que teoricamente findou-se em 1888 e deixou profundas cicatrizes na sociedade brasileira. As diferenças físicas, culturais e religiosas encontradas pela população europeia devido as grandes navegações, deram espaço, segundo Trinidad (2011), para o questionamento por partes dos europeus, se os povos encontrados eram tão humanos quanto a ele:

O questionamento do conceito de humanidade conhecido até então, em razão das navegações europeias e das descobertas de novos povos, fez que os europeus se perguntassem acerca dos “outros”, recém-descobertos, indagando se os povos nativos dos territórios explorados eram tão humanos quanto os do Velho Mundo. Assim, a discussão e a comparação entre “nós” e “outros” vieram à baila. (TRINIDAD, 2011, p. 26).

No contexto brasileiro as consequências das compreensões de raça e racismo interferiram na formação da sociedade atual, criando diferenças sociais e raciais. Para compreender o contexto histórico da população negra no Brasil e o papel da educação na luta contra o racismo deve-se partir, segundo Cavalleiro et al. (2006) que existe uma dívida histórica adquirida há muitos anos atrás com a retirada dos povos negros de seu território de forma cruel para tornar-se mão de obra escrava, assim, deixaram toda uma história de vida em seu território passando por um processo desumano e bárbaro de escravização em prol da cobiça de outros povos.

A colonização da América Portuguesa, das terras *brasilis* faz parte de um contexto iluminado pelo racionalismo que estabelece novas formas de relação com a

natureza, buscando dominá-la e explorá-la, estendendo também este mesmo objetivo para as relações sociais entre colonizadores e colonizados, em consonância aos princípios capitalistas.

Neste contexto, grandes mudanças ocorrem impulsionadas pelas grandes navegações que possibilitaram estreitar as distâncias entre os mundos, a comunicação entre ocidente e oriente, entre continentes. Vislumbrando a existência de novos mundos, de “descobertas” e conquistas o velho continente europeu, busca a expansão territorial, de poder político, social, econômico, cultural e religioso das suas nações, tudo isso em nome de um projeto civilizatório, que vai justificar toda ação de domínio e violência contra povos da América, África, Ásia, Oceania.

O processo de colonização empreendido na América Portuguesa foi marcado pela violência física e violência simbólica, pois o sucesso desse processo dependia da domesticação, subjugação dos corpos e mentes dos povos (originários e aqueles que trazidos para implementar o trabalho na Colônia). Em relação a população nativa, o projeto colonial português, primeiro desconsiderou o pertencimento dessas terras ao povo que aqui se encontrava, desconsiderou que tinham uma organização social, uma cultura, um modelo de educação, uma crença. Foram concebidos como pré-humanos, incivilizados, incultos. Nestes termos implementou-se o domínio pela força, capturando-os e escravizando-os para servir ao trabalho de exploração dos recursos naturais da Colônia, e eliminando-os quando resistiam à dominação. Também implementou-se um processo de aculturação por meio da catequização, principalmente das crianças indígenas, conduzido pela igreja, os jesuítas, que iniciaram o seu projeto pedagógico nas terras do Brasil.

Desse modo, grande parte da população nativa foi escravizada, domesticada, exterminada. No avançar do projeto de colonização tornou-se necessário ampliar a mão de obra escrava, que foi trazida de outras regiões do mundo. Assim, a população nativa foi deixada na invisibilidade, deslegitimada, a margem dos projetos de governo no período colonial, imperial e república.

Violentados, escravizados, aculturados, exterminados, hoje a descendência desses povos foram reduzidos a minorias, mas que ainda lutam para serem reconhecidos como cidadãos brasileiros, para terem, o que restou, de seu território protegido, o reconhecimento enquanto um grupo étnico que possui uma identidade.

A formação inicial da sociedade brasileira se dá no contexto da colonização o que implica um processo de dominação de um povo sobre o outro, no caso, uma

visão eurocêntrica que se impõe como superior e assim estabelece a inferioridade do outro que é diferente. Esta relação de superioridade, inferioridade se estende nas diversas relações, entre população livre e escrava, entre nobres e pobres, empregados e patrões, homem e mulher, adulto e criança, com diversos marcadores que sustentam essas relações sociais e políticas hierarquizadas, como cor, gênero, faixa etária, status social, origem regional, produzindo discriminação, desigualdades. (CÁCERES, 2017).

Para dominar, impor a sua cultura, crença, língua, modelo social, modo de trabalhar escravagista foi necessário e legitimado o uso da violência. O processo de colonização ocorrido no Brasil foi extremamente violento em relação aos povos originários, aos escravos negros, mas não somente. O uso de força, os castigos, o extermínio perpetrou modos violentos nos diversos níveis das relações sociais, na família, no trabalho, na política, contra grupos minoritários. Estes e outros elementos estão presentes na construção da sociedade brasileira do passado que reverberam nos dias atuais.

Uma sociedade alicerçada e sustentada no trabalho escravo, fortemente hierarquizada, patriarcal, com grandes desigualdades, alimenta a desvalorização das diferenças, o preconceito, a discriminação, constituído a base para uma sociedade racista.

Na continuidade de uma história de dominação eurocêntrica, o processo de conquista, colonização e escravidão se expande no Brasil com o tráfico de pessoas provenientes do continente africano. Capturados e arrancados de seu território, da sua etnia, cultura, família, são comercializados como mão de obra escrava no mercado da Colônia Brasil. Em terras brasileira são novamente separados, como estratégia de desmobilização desse povo, de perda de identidade. O trabalho incessante, penoso, os castigos, tornaram por séculos a vida desses povos um tormento. A exploração de sua força de trabalho era defendida em nome da expansão econômica da sociedade brasileira, também era naturalizada por um discurso religioso e pela inferioridade atribuída ao povo africano.

Historicamente, uma sociedade dividida entre livres e escravos e estes provenientes da África ou descendentes, insere nas relações entre livres e escravos o componente de raça. A condição de escravo, pertencer a um senhor, ser inferior, negro, são representações que são formadas e passam a constituir uma consciência

de raça na assimetria superior-inferior, estabelecendo uma supremacia de uma em relação a outra, no caso, da população branca em relação a população negra.

A escravidão na colônia portuguesa “passou a ser cada vez mais associada aos africanos e seus descendentes” (ARAÚJO, 2017, p. 59). A autora afirma que “O conceito de raça foi construído na modernidade na perspectiva de justificar a escravidão dos povos africanos e seus descendentes”. (ARAÚJO, 2017, p. 59).

Segundo Araújo (2017), no Brasil quando o trabalho escravo passa acontecer com os povos da África, os negros, a ideia de etnia se apaga. A autora explica que etnia é um conceito assoado a identidade cultural do indivíduo referindo-se a aspecto, como: língua, território, religião, que são compartilhados. Já o conceito de raça, remete a cor de pele, o fenótipo. No Brasil, de acordo com Araújo (2017)

[...] se construiu uma mentalidade ao afirmar a identidade baseada no conceito de raça, negando as identidades culturais que cada sujeito trazia ao ser comercializado para a América e, por conseguinte para a situação de escravidão. Os brasileiros até hoje se entendem nestas categorias de raça por ter perdido a memória das etnias de seus antepassados. (ARAÚJO, 2017, p. 59).

Para a autora, o apagamento da identidade cultural dos povos trazidos da África deu-se de forma estratégica com a separação das famílias, grupos de uma mesma região, para desmobilizá-los, extrair suas referências e principalmente não propagar suas identidades no Brasil. Além de não querer a afirmação das identidades culturais dos negros da África e seus descendentes, o que não foi alcançado totalmente, devido a resistência e luta dessa população, houve ao longo do tempo de duração da escravidão e posteriormente, o movimento de desvalorização de todas as suas expressões culturais. Ao mesmo tempo construiu-se uma mentalidade racista associada a várias representações do negro em relação a sua cor, seu corpo, seu comportamento, sua inteligência, sua personalidade. Ser negro, escravo no Brasil estava associado a muitas desvantagens (ARAÚJO, 2017).

Costa (2004) salienta que no Brasil a educação das crianças da elite, busca desenvolver nestas uma consciência de raça traçando um ideal de corpo branco em contraste ao do escravo, associado a degradação, imoralidade, corrupção física e moral. A cor da pele foi o elemento central para representações desse tipo e para a classificação da população, de acordo com Del Priore e Amantino (2011).

A cor da pele foi, talvez, a marca mais visível e a mais usada para identificar e classificar a população, que, aliás, a partir de então conheceu ritmos

frenéticos de crescimento, seja provocado pela entrada maciça de gente vinda de várias outras partes do mundo, seja pelos nascimentos internos, fenômeno igualmente vertiginoso. (DEL PRIORI; AMANTINO, 2011, p. 84).

As autoras referem-se a período do século XVI em diante correspondendo ao processo de conquista e colonização do Brasil. Esta classificação referia-se aos diferentes tipos que compunha a população colonial, como brancos, negros, mulatos, crioulos, mestiços, caboclo, entre outras denominações. “Todas elas correspondiam intrinsecamente às misturas biológicas, à cor de pele ou ao tipo físico produzidos”. (DEL PRIORE; AMANTINO, 2011, p. 84).

As misturas biológicas no período da colonização contribui para a formação de um “*corpos* [grifo das autoras] social absolutamente mestiçado nas Américas”. (DEL PRIORE; AMANTINO, 2011, p. 85), que também está associado a depreciações moral, cultural, social, intelectual.

Pode-se compreender pelo exposto, que o racismo foi constituído historicamente, na sociedade brasileira e no mundo, persistindo e se reelaborando a partir de novas dinâmicas e conflitos contemporâneos.

O processo de abolição da escravatura foi um processo lento, acompanhado de algumas leis, como: a Lei Eusébio de Queirós (1850); Lei do Ventre Livre (1871); Lei do sexagenário e a Lei Áurea (1888).

Após a abolição da escravatura (1888) o negro encontrava-se livre, porém sem moradia e sem trabalho, não houve nenhuma política de inclusão do negro na sociedade. A não interferência do estado seguida da abolição da escravatura pode se explicitar na observação de Schucman (2010):

O racismo, portanto, serviu nesse momento para que os Estados-Nações exercessem um poder contra sua própria população, pois a ideia de purificação permanente da população torna-se uma das dimensões essenciais da normalização social. Essa visão constitui uma tomada de poder sobre a vida humana [...] (SCHUCMAN, 2010, p. 43-44).

A nação brasileira constituiu-se considerando as concepções do Liberalismo, que defendia a propriedade privada, liberdade econômica. Mas, entretanto, o estado brasileiro consentiu a escravidão desde sua formação, e o Liberalismo caminhava junto a ideários escravocratas.

Seguidamente do processo final de abolição da escravatura houve a necessidade de uma substituição da mão de obra escrava para a mão de obra

remunerada, mas não houve a inclusão da população afro-brasileira no contexto civil, permaneceram sem moradia, educação, saúde e o próprio direito de ir e vir.

Trinidad (2011) afirma que após o processo de abolição, no século XX, teorias racistas de cunho científico foram pautas de estudos dos intelectuais da época, acreditavam que a população europeia, nação colonizadora do Brasil, era superior aos demais povos e culturas. Souza (2022) define essas teorias como:

A eugenia emergiu no início do século XX como um movimento científico e social fortemente associado às teorias raciais e evolutivas em voga no período, sobretudo aquelas relacionadas ao racismo científico e ao darwinismo social. Em tempos de expansão do imperialismo europeu e das ideologias nacionalistas, as teorias eugênicas consolidavam a crença na existência de raças superiores e inferiores e na possibilidade de empregar a ciência e a técnica para eliminar as imperfeições humanas e apressar o processo de evolução biológica das futuras gerações. (SOUZA, 2022, p. 94).

Ou seja, sendo como mais uma forma de legitimação do racismo, na tentativa de justificar a dominação de um povo sobre o outro.

Com o processo da abolição e aceitação das teorias eugênicas, houve uma mistura entre conceitos científicos, interesses econômicos e políticos, e com isso o investimento nas migrações de povos europeus, na tentativa de formar uma nação branca e excluir aos poucos a população negra e seus descendentes como afirma Souza (2022), “Neste sentido, argumentava que deveriam ser aceitos no Brasil apenas correntes imigratórias da Europa, sendo ‘inadmissível a entrada de imigrantes da raça negra’ e de outras regiões do mundo”. (SOUZA, 2022, p. 100).

Povos oriundos da Europa substituíram a mão de obra escrava, ganharam terras e espaço na sociedade brasileira. Enquanto a população afro subsistia. No Brasil como afirma Trinidad (2011) não aconteceu políticas segregacionista, como nos Estados Unidos, porém a forte presença do racismo e a exclusão do negro da sociedade civil, limitaram seu acesso ao trabalho digno remunerado, a propriedade privada e a educação, gerando um grande distanciamento social, empurrando o negro para a marginalidade. Por séculos a população afro resiste como afirma Cavalleiro et al. (2006):

Nas formas individuais e coletivas, em senzalas, quilombos, terreiros, irmandades, a identidade do povo negro foi assegurada como patrimônio da educação dos afro-brasileiros. Apesar das precárias condições de sobrevivência que a população negra enfrentou e ainda enfrenta, a relação com a ancestralidade e a religiosidade africanas e com os valores nelas representados, assim como a reprodução de um senso de coletividade, por

exemplo, possibilitaram a dinamicidade da cultura e do processo de resistência das diversas comunidades afro-brasileiras(CAVALLEIRO, et al., 2006, p. 14).

Apesar das lutas dos povos afros e a força da manutenção de sua identidade cultural a limitação do acesso e permanência em diversos setores sociais básicos, como a educação e trabalho, são reflexos das desigualdades sofridas desde a formação da sociedade brasileira atual.

Para Moore (2007), o racismo é “um fenômeno fundamentalmente antinegro” (MOORE, 2007, p. 281). Continua afirmando que o racismo se constitui como uma consciência social determina historicamente, presente em todos os tempos, culturas e sociedades (MOORE, 2017).

Moore (2017), acentua que o racismo

[...] corresponde a uma forma específica de ódio [grifo do autor]; um ódio peculiar dirigido especificamente contra toda uma parte da humanidade, identificada a partir do seu fenótipo. É o fenótipo dos povos denominados negros que suscita o ódio: um ódio profundo, extenso, duradouro, cujas raízes se perderam na memória da humanidade e que remetem a insolúveis conflitos longínquos. (MOORE, 2017, p. 282-283).

O fenótipo, as características observáveis, expressas de determinado grupo, como cor da pele, traços físicos, são diferenças associadas a várias representações negativas elaboradas historicamente, que passam a ser estigmatizadas, objeto de ódio.

O racismo para Moore (2017), está presente na atualidade na instância econômica, política, cultural e tem um propósito que é a “recuperação cultural de um conjunto de comportamentos agressivos, violentos e egoístas cuja finalidade é a estruturação e a sustentação de sistemas de gestão dos recursos em termos radicalmente monopolistas” (MOORE, 2017, p. 285), deixando de fora parcela significativa da população excluída de quaisquer benefícios/recursos (educação, emprego, moradia), aumentando assim a desigualdade e potencializando os conflitos. Dessa forma, na atualidade se mostra nova face do poder, da superioridade e dominação de uma raça sobre outra, como explica Moore (2017) por meio das palavras de Ianni (2004)

Mais uma vez, no início do século XXI, muitos se dão conta de que está novamente em curso um vasto processo de racialização do mundo. O que ocorreu em outras épocas, a começar pelo ciclo das grandes navegações, descobrimentos, conquistas e colonizações, torna a ocorrer no início do século XXI, quando indivíduos e coletividades, povos e nações,

compreendendo nacionalidades, são levados a dar-se conta de que se definem, também ou mesmo principalmente, pela etnia, a metamorfose da etnia em raça, a transfiguração da marca ou traço fenótipo em estigma (IANNI, 2004 apud MOORE, 2017, p. 287).

Desse modo compreende que o racismo comparece e evolui na sociedade do século XXI. O processo de globalização continua propagando o racismo e evoluindo tecnologicamente as formas de alimentar o ódio ao outro, o diferente.

Após 136 anos do início do processo de abolição da escravatura os indivíduos vitimizados por esse sistema cruel, ainda sofrem suas consequências. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) responsável por analisar e informar as estatísticas da população brasileira, mostra em suas pesquisas que a população negra e parda tem o maior índice de desemprego, mortalidade, e analfabetismo do Brasil. A Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais IBGE (2021) expõe dados de diversas áreas sociais em que a desigualdade étnica racial é nítida.

Os dados confirmam uma realidade de desigualdades ainda muito presente na sociedade brasileira, apesar das lutas por parte da população afro, o seu acesso ao mercado de trabalho, moradia e educação são limitados, pelo contrário, a taxa de violência sofrida, em 2020 é extremamente alta, o índice de homicídios na população preta é cerca de 10% a mais em comparação com a população branca. De acordo com o IBGE (2021) os cargos gerenciais, de melhor remuneração, são ocupados em sua maioria por pessoas brancas, 69%, enquanto de pessoas pretas e pardas essa porcentagem se limita a 29,5%. Nos dados das pessoas abaixo da linha da pobreza, pretos e pardas apresentam maior taxa, sendo de 34,5% e 38,4%, enquanto as pessoas brancas apresentam cerca de 18,6% da porcentagem referente a linha da pobreza de U\$\$ 5,50\dia, ou seja, comparado a pessoas brancas, as pessoas pretas e pardas ocupam maior lugar na linha da pobreza. Os dados que analisam a taxa de participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) dos anos de 2019 a 2021 mostram que a população preta, parda e indígena tem as menores taxas de comparecimento em conformidade com a população branca e amarela.

Na educação os indícios de desigualdades sofridos pela população preta são evidentes, a Pesquisa Nacional de 2018, também feita pelo IBGE (2018), mostra que cerca de 9,1% da taxa de analfabetismo são de pessoas pretas ou pardas, enquanto

na população branca essa taxa não passa dos 4%, a taxa ainda se diferencia em quase 10% quando se trata da população rural.

Outro dado importante para entender o tamanho da desproporção social é o da frequência escolar. Desde os anos iniciais até o ensino superior, a população afrodescendente, representada no gráfico da Pesquisa Nacional de 2018, IBGE (2018), como preta e parda, está sempre atrás significativamente da população branca, e conforme os anos escolares avançam a taxa de frequência escolar da população preta vai diminuindo, e a diferença entre as estatísticas de frequência da população branca para a preta e parda vai expandindo. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a diferença é de cerca de 0,7% entre a população branca e a população preta e parda, já no Ensino Superior essa diferença sobe para 17,8%. Também é possível observar que a frequência escolar cai de 95,8% nos anos iniciais para 18,3% no Ensino Superior, podendo observar uma evasão muito grande.

Como já tratado neste estudo, o racismo é um processo complexo e multideterminado que se constitui historicamente, então não seria apenas o processo educativo da população dentro de uma perspectiva da diversidade, multicultural, que romperia com o racismo na sociedade. Mas é importante o papel da educação para discutir racismo, questionar suas dinâmicas, contrapor a dominação identitária e afirmar a diversidade das identidades culturais, valorizar as diferenças, garantir acesso a escola e qualidade do ensino para todas as pessoas, contribuindo assim para a redução dos índices de desigualdade entre brancos e pretos.

Uma educação para todos e de qualidade só está fundamentado constitucionalmente na história recente da educação brasileira. A criação da instrução pública brasileira era vedada aos filhos de escravos e posteriormente, com o fim da escravidão no Brasil, poucas crianças negras e afrodescendentes frequentavam o do banco da escola, como também não frequentavam a mesma escola das crianças da elite brasileira. De lá para cá, ou seja, dos anos iniciais da República, as oportunidades educacionais para os negros não melhorou muito no país, como pode-se ver nos dados estatísticos apresentados. É a população de pardos e pretos que possui menos anos de escolaridade.

Para Souza (2011):

Percebe-se que apesar da educação escolar constituir-se num dos degraus para a mobilidade ascendente dos brasileiros, o negro pouco ascendeu no

sistema educacional formal e ainda está muito pouco representado nessa instituição. Como abandono da escola antes mesmo de completar o Ensino Fundamental, fica reforçado o estereótipo 'negro sem instrução', quando o ingresso e a permanência na escola estão intimamente relacionados a fatores econômicos, sociais e étnicos. (SOUZA, 2011, p. 87).

Quando a escola não reconhece e contextualiza esses fatores, naturaliza a não permanência e a não ascensão escolar como um fracasso do aluno, dificuldade individual ou do seu grupo familiar, cultural. Assim, as representações historicamente negativas sobre o negro são reforçadas e internalizadas passando a constituir uma auto identidade negativa também.

A escola é um espaço de construção e reconstrução cultural que deve estar aberta a dialogar com os saberes e conhecimentos das diversas culturas e não impor um padrão hegemônico, normalmente científico, o da cultura europeia.

Nesta direção, destaca-se a Lei 10.639/2003 que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Visa combater o racismo e a discriminação contra a população negra brasileira, então traz uma proposta de currículo a ser implementada em todas as etapas de ensino. Propõe:

[...] a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial, descendentes dos diferentes grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira, para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. (BRASIL, 2003, p. 10).

Tal proposta das Diretrizes aponta três princípios, os quais os sistemas de ensino e professores devem ter para orientar suas práticas escolares: consciência política e história da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e discriminações.

Tais propostas e princípios são importantes, por isso devem ser conhecidos, discutidos e assumidos no Plano Pedagógico e planejamento da escola, assim como, nas atitudes e relações sociais estabelecidas neste ambiente.

2 PRÁTICAS RACISTAS E AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

É inegável que a educação tem papel primordial na manutenção ou avanço de todos os aspectos sociais. O capítulo a seguir coloca a instituição de educação infantil no centro da discussão sobre racismo, as relações étnico-raciais, destacando o papel do professor de romper com as práticas racistas.

Inicialmente será apresentado breve contextualização da Educação Infantil, trazendo alguns elementos que mostram o que é a educação infantil, objetivo, eixo de atuação, indicando o quanto é importante esta etapa de educação para a formação humana e por isso tão necessário uma educação baseada nas relações étnico raciais. A Educação Infantil faz parte da organização da educação formal, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil - DCNEI (2010) Educação Infantil é:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2010, p. 12).

A constituição da educação infantil deu-se historicamente, marcado por muitas discussões e através de mobilizações. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.394 de 1996 a Educação Infantil é:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

A LDB legitima a Educação Infantil como ponto inicial da educação formal básica brasileira. O documento dos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (PNQEI) Brasil (2018) afirma que:

A Educação Infantil tem papel importante no desenvolvimento humano e social. Configura-se como uma das áreas educacionais que mais retribui à sociedade os recursos nela investidos, contribuindo para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças. Também oferece argumentos fortes e contundentes sobre a sua importância na concretização dos direitos sociais da infância, de sua cidadania. (BRASIL, 2018).

Os documentos e Legislações citados acima, permitem a compreensão sobre esta etapa da educação, e orienta a atuação na educação infantil, destacando o eixo central do cuidar, diretamente e indiretamente, como elemento imprescindível para a estruturação da Educação Infantil. O documento DCNEI (2010) também traz o conceito de criança como ser ativo, de cultura.

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12).

A instituição de educação infantil deve em suas práticas pedagógicas valorizar a criança como um sujeito de direitos, buscando contribuir para o desenvolvimento da autonomia, da identidade, da alteridade, criticidade, conforme estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), a partir dos princípios

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade e de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 2010, p. 16).

Para compreender a criança como sujeito de direito, Santiago (2015) e o documento Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2006), documento com uma estrutura de livro, constituído por vários autores engajados nos movimentos negros e na educação, afirmam que ela produz cultura ativamente através da sua socialização com as outras crianças e com os adultos. Nesse sentido, são autores e interferem nas relações sociais e históricas, assim, as relações vividas na infância marcam o indivíduo por toda sua vida interferindo na formação da sua identidade. Nesse sentido, é vital uma atuação na educação infantil de qualidade e que promova uma formação cidadã, em que se respeite a cultura, regionalidade, identidade e a diversidade racial da criança.

De acordo com Alvarenga (2015), é de fundamental importância desde os anos iniciais promover a convivência com práticas sociais, que respeitem as diversidades culturais, e que não acatem quaisquer relações discriminatórias.

Portanto, uma instituição de educação infantil não pode ser palco de preconceito, racismos, e situações constrangedoras que provoquem na criança feridas na formação da sua identidade.

Assim como, a existência do racismo na sociedade brasileira, sofre questionamentos ainda, pois acredita-se no mito da democracia racial, na cordialidade brasileira, também, as expressões de racismos passam invisíveis no ambiente escolar e principalmente nas creches e pré-escolas. Dias, Santana, Borba (2016) afirmam que sim, existem racismo nas práticas pedagógicas e nas situações cotidianas das instituições educacionais. A partir de seus estudos, constatam que

Crianças negras desde pequenas sofrem diferentes consequências do racismo: deixam de receber afeto, são ridicularizadas por suas características fenótipos e são vítimas do que Rosemberg (2001) chamou de 'pessimismo racial', isto é, ser criança negra tem significado para muitas serem consideradas menos capazes intelectualmente. (DIAS; SANTANA; BORBA, 2016, p. 160).

As concepções e práticas educacionais também estão formadas pelas diversas ideologias que procuram naturalizar ou dissimular o racismo. Santiago (2015) em suas pesquisas também confirmou e registou situações de racismo nas instituições de educação infantil. Crianças negras são vítimas de práticas racistas diretas e indiretas, como no relato que apresenta de uma criança de 3 anos que acorda chorando ao lembrar da história trabalhada na atividade.

A menina negra, ao se levantar chorando por acreditar que seus cabelos a tornam uma bruxa - personagem dentro do ideário infantil brasileiro responsável por fazer mal às crianças pequeninhas - revela o peso de um padrão estético que liga o conceito de belo aos cabelos lisos, às tonalidades de pele clara, apresentando a influência negativa que estes padrões exercem sobre os sujeitos. Diante de um espaço racializado, como o do Centro de Educação Infantil pesquisado, uma história com bruxa de cabelo armado tem uma conotação diferenciada, uma vez que fornece imagens negativas do que é ser alguém com aquele tipo de cabelo, fundando a ideia de que é ruim ter cabelos esteticamente semelhantes aos da personagem. (SANTIAGO, 2015, p. 136-137).

Santiago (2015), Dias, Santana, Barbosa (2016), ressaltam a necessidade das crianças serem protegidas dessas violências e para isso é importante uma postura ética e política por parte da instituição e dos professores para romper com a prática racista tão prejudicial ao desenvolvimento das crianças, totalmente na contramão das propostas de cuidar e educar da educação infantil. Neste compromisso ético o papel dos professores é fundamental para que suas atitudes e ações pedagógicas reconheçam e valorizem as diferenças.

Percebe-se a partir desse relato a importância de pensar o currículo para a educação infantil de maneira efetiva que abranja todas crianças e valorize todos os fenótipos, contudo o currículo da educação infantil não se limita a isso, de acordo com as Diretrizes Curriculares Para a Educação Infantil (2018) o currículo é :

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2018, p. 12).

Para promover o desenvolvimento integral da criança se faz necessário valorizar e respeitar suas particularidades, observa-se no relato de Santiago (2015) que a professora ao planejar suas atividades não se atentou aos traços de suas crianças, e reproduziu um estereótipo no momento em que trouxe uma personagem negativa com características, no caso o cabelo, de crianças afrodescendentes.

Portanto, a criança precisa ser respeitada e valorizada em suas diferenças. A omissão não pode fazer parte deste contexto de aprendizagem e desenvolvimento. Os profissionais precisam se atentar para esta discussão a respeito da temática étnico-racial na Educação Infantil, possibilitando por meio de suas práticas pedagógicas que contemplem a formação de uma imagem positiva da criança negra, principalmente no que se referem as suas características físicas. (SOUZA, 2011).

Atitudes preconceituosas e de racismo irão perpetuar se a criança estiver inserida num contexto social propicio a isso, o qual são permitidas piadinhas de negros, apelidos, desdenho contra a cor, o cabelo, com certeza a identidade negativa irá prevalecer. Portanto, é imprescindível que os profissionais estejam atentos a qualquer tipo ou forma de atitudes racistas ou preconceituosas, realizando sempre uma abordagem reflexiva, não silenciando diante de tais práticas. A indignação diante do racismo, das desigualdades são posturas que não contribuem para a naturalização do racismo. (SOUZA, 2011).

É necessário o compromisso e o esforço para desconstruir a lógica homogeneizadora da escola e valorizar a heterogeneidade, construir uma cultura da diferença, em que ela seja a medida para garantir a igualdade. Conforme afirma Dias, Santana e Borba (2016): “O ponto crucial do debate sobre diversidade é a percepção, a reflexão e a atuação sobre os mecanismos sociais que transforma as diferenças em desigualdades”. (DIAS; SANTANA; BORBA, 2016, p. 162).

A instituição, a partir da atuação dos professores deve procurar conhecer as crianças e seus familiares, com o intuito de identificar a realidade da criança, para pensar as práticas do professor, de maneira que possibilite a permanência, o respeito e a valorização da identidade da criança.

Segundo as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2006, p. 40), acerca das relações que ocorrem no âmbito da educação infantil:

As dimensões do cuidar e educar nos permite compreender a importância das interações positivas entre educadoras e crianças. Relações pautadas em tratamentos desiguais podem gerar danos irreparáveis à constituição das identidades das crianças, bem como compreender a trajetória educacional das mesmas. (BRASIL, 2006, p. 40).

Em relação a estas questões, o professor da educação infantil tem papel fundamental, pois suas ações interferem positivamente ou não, diretamente na construção da identidade da criança. Portanto, as práticas de ensino devem ser pensadas de maneira que respeitem as especificidades de cada uma, que possibilite uma convivência saudável, e que inclua o cuidar e o educar em cada ação.

Entende-se que as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2006) é um dos documentos que deve fazer parte da formação de professores da educação infantil, haja vista que procura divulgar a produção de conhecimentos, atitudes, posturas e valores, desse modo, favorece entender a pluralidade étnico-racial. Torna-se necessário estar bem mais preparado para o cuidar, educar e, para mediar as relações de afetividade, que compreendem a relação com o outro, com as diferenças que compõe as relações e que podem interferir positivamente na formação da identidade. (OSTETTO, 2007).

Ostetto (2007, p. 16) assinala aspectos que ajudam a compreender as especificidades do “duplo objetivo” da educação infantil, e expõe práticas que contribuem para o cumprimento dessas funções, ou seja:

[...] organizar e encaminhar um trabalho no cotidiano de creches e pré-escolas que respeite a criança, compreendida como sujeito, na sua positividade. Mais do que simples retórica, o respeito à criança ganha concreticidade na medida em que nas práticas efetivadas no interior da instituição de educação infantil, estejam previstos: brincadeiras; atenção individual; ambiente aconchegante, seguro e estimulante; contato com a natureza; higiene e saúde; alimentação sadia; desenvolvimento da curiosidade, imaginação e capacidade de expressão; movimentos espaços amplos; proteção, afeto e amizade; expressão de sentimentos; especial

atenção durante o período de adaptação; desenvolvimento da identidade cultural, racial e religiosa. (OSTETTO, 2007, p. 16).

Ostteto (2007) recomenda que para ser professor na educação infantil é necessário respeitar, entender, refletir e adaptar as práticas. Portanto, para isso é essencial conhecer as realidades das crianças, os familiares e a instituição em que trabalha entendendo o seu calendário com datas comemorativas; rotinas do dia; a estrutura da instituição, os materiais disponíveis para uso crianças; os hábitos alimentares da região onde se encontra a instituição; e a realidade socioeconômica das famílias das crianças que a instituição atende.

Para conhecer os aspectos econômicos das famílias das crianças que são atendidas nas instituições de ensino, primeiramente é necessário conhecer a realidade econômica brasileira, Alvarenga (2015) destaca que as desigualdades sociais estão presentes na estruturação da população negra brasileira, que não têm o mesmo acesso a direitos básicos como: saúde, educação, moradia e emprego.

Para o professor considerar as especificidades e prezar pela valorização das diferenças, Alvarenga (2015) afirma que as relações étnico-raciais não devem ser apresentadas como uma temática em uma determinada data comemorativa, e sim fazer parte das práticas educativas e acrescentadas nos currículos da educação infantil. E propõe que a inserção da história da África e da cultura Afro-brasileira nas escolas, por meio da Lei nº 10.639, faz-se totalmente imprescindível na construção de uma sociedade antirracista, pois permite as crianças conhecerem a formação da população brasileira.

Durante vários séculos a cultura negra e sua população, no Brasil, foram marginalizados, criminalizados e considerados inferiores comparadas à cultura europeia, e a escravidão que teoricamente findou-se em 1888 deixou profundas cicatrizes na sociedade brasileira. Desse modo, é necessária uma educação pensada nas relações étnico-raciais desde a infância, para contribuir com a superação das consequências dos 300 anos de escravidão. Para a formação de professores na educação infantil que considerem os aspectos étnico-raciais leva tempo, empenho, e incessante estudo. É algo que exige uma constante adaptação e deve ser pensando como prioridade nas práticas escolares. Ao incluir referências negras nos conteúdos ministrados em aula ocorrerá benefícios no aprendizado de todos, gerando uma maior representatividade aos alunos (as) negros (as), levando

assim o sentimento de pertencimento e aos demais, necessários conhecimentos acerca da diversidade presente nas relações sociais.

A discriminação racial é uma prática social que tem origens históricas no Brasil, desde o século XVI, e reflete-se no espaço escolar, como destaca Dantas e Valente (2021), tal fato deve-se ao denominado racismo estrutural, ainda cotidianamente presente na sociedade. Sobre esta questão, observa-se que há uma dificuldade dos professores em lidarem com o racismo, devido a falta de investimento na formação e sua qualificação.

A escola é um espaço que pode propagar ou não o racismo, mas há uma dificuldade dos professores em reconhecer os casos que se caracterizam como racismo presentes nesse ambiente. A pesquisa feita por Dantas e Valente (2021), assinala que situações de discriminação muitas vezes são entendidas pelos docentes apenas como brincadeiras entre alunos, e admitem que a maioria dos professores não coloca em discussão as discriminações raciais como prioridade nas suas práticas docentes.

De acordo com Gomes (2009) apesar dos avanços obtidos com a implementação da legislação que busca garantir a valorização da identidade, da memória e da cultura negra, a garantia da efetivação da Lei por parte das instituições é incerta, e limitada. Gomes (2009) afirma que é necessário um diálogo entre o movimento negro, a sociedade civil e o estado brasileiro para garantia do cumprimento da Lei, e a ampliação, realizando a inserção da diversidade racial nos planos e metas educacionais do país.

Gomes (2009) informa que houve um movimento para divulgação da Lei 10.639/03, através de fóruns, palestras e organizações do Movimento negro, mas esse movimento de divulgação se deparou com alguns limites impostos pela organização educacional e política brasileira, Gomes (2009) afirma que algumas Secretarias de Educação brasileiras limitaram essa divulgação, e por muitas vezes não destinaram verbas suficiente para a realização de divulgações e formações continuadas para professores contendo a temática.

A implementação da Lei 10.639/03 segundo Gomes é um desafio, pois, vai além de uma política pública educacional, ela tem o objetivo de reeducar o próprio Estado, superando concepções estruturais racistas. Ou seja, a temática que a Lei defende vai além de uma questão educacional como explica Gomes (2009):

No entanto, cabe aqui novamente o alerta: não se poder reduzir a diversidade étnico-racial somente à questão educacional. Pela sua história, complexidade e enraizamento na estrutura da sociedade e no imaginário social brasileiro ela precisa ser entendida e consolidada no conjunto das políticas públicas de direito em nosso país. (GOMES, 2009, p. 71).

Pensando a educação como ação transformadora da sociedade e as ações docentes para a superação de práticas racistas, o professor não deve se calar diante de situações discriminatórias, o cuidar deve estar sempre presente nas relações do educar desde a Educação Infantil. Esse cuidado deve abranger a busca por saberes e conhecimentos que favoreçam as práticas do dia a dia dentro das instituições, levando em conta a realidade social da criança e as desigualdades raciais presentes no Brasil.

De acordo com Souza (2016) a discussão da questão racial no contexto da educação envolve pensar nas questões sobre igualdade e diferença, identidade, sempre numa perspectiva relacional e situacional, pois

[...] o preconceito racial contra a população negra brasileira, responsável por construir uma identidade negativa para a população que sofre, não existe de forma absoluta, ou seja, os brasileiros não nascem predispostos biologicamente e nem culturalmente para sentir preconceito. Ele é uma construção relacional, construída socialmente, provocando hierarquizações de poder, de valores etc. estando a maioria da população negra em patamares inferiores. (SOUZA, 2016, p. 89-90).

A escola é ou deve ser um espaço de interações, trocas, que por meio das relações sociais professor-aluno e aluno-aluno, estes aprendem, se apropriam e constroem cultura e se constituem psicologicamente como pessoa humana. Então, a escola pode garantir este espaço de relações para construção de identidades positivas de si e do outro, sem o binômio normal-anormal, superior-inferior, ajudando a construir uma cultura da diferença e a desconstruir a consciência raciológica da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações Étnicos-raciais na educação de modo geral, refletem as ocorrências de toda a formação da sociedade brasileira até os dias atuais. O Racismo no Brasil se constituiu devido ao colonialismo e ao processo de escravização da população afro e a construção criada pelos colonizadores das ideias de superioridade racial.

Conclui-se que a educação tem papel importante na luta contra as desigualdades raciais na sociedade e a atuação do professor deve contribuir com práticas e ações educativas que contraponham o racismo.

Percebe-se ao longo deste estudo que a formação de professores deve incluir temáticas sócias e históricas, que discutem as relações étnicos-raciais, ampliar disciplinas que exploram o processo do cuidar no educar, para se prepararem para a rica diversidade racial presentes nas instituições brasileiras de ensino que irão encontrar. Primordialmente, entender seu papel para uma educação antirracista e equitativa, promovendo uma educação integral e possibilitando desde a infância que afro-brasileiros construam uma identidade positiva do ser negro, e a sua diferença fenotípica não o impeça de ter igualdade de direitos para ocupar seu lugar na sociedade.

A Educação Infantil deve ser vista como esse espaço importante de educação e formação humana, investindo no desenvolvimento integral das crianças numa perspectiva interculturalista, de uma pedagogia da diferença.

Ao concluir o estudo avalia-se que este possibilitou o aprofundamento do conhecimento sobre o conceito de racismo, como produziu-se e o lugar central que ele ocupa na sociedade. O estudo também respondeu que uma educação para as relações étnico-raciais é importante no conjunto das ações que devem ser empreendidas contra a manutenção e avanço do racismo.

Por fim, a breve discussão realizado no presente estudo contribui para esclarecer e reafirmar que o racismo é uma forma específica de ódio voltando para os povos negros. E que este ódio produzido historicamente, vem sendo espalhado pelo mundo, tornando-se na atualidade um grande problema da humanidade. Problema complexo que não é a educação sozinha que vai dar conta de mudar, pois envolve mudanças amplas nas estruturas sociais e enfrentamentos das

desigualdades sociorraciais. Mas, um aspecto fundante da produção do racismo é a intolerância, negação e até eliminação do diferente. Por isso, todas ações de mudança, de rompimento com o racismo, deve contribuir para o reconhecimento e a valorização da diferença para uma atitude de aceitação do outro. Nesta empreitada, a educação pode contribuir muito.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Hilda Maria de. **Representações docentes sobre educação para as relações étnico-raciais em um CMEI de Goiânia**: entre a teoria e a práxis. 2015. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica Modalidade Profissional-do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/7517/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Hilda%20Maria%20de%20Alvarenga%20-%202015.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

ARAÚJO, Claudete R. A palavra que se fez violência nos corpos negros. In: OLIVEIRA, Irene D. de; COSTA, Celma L. F.; CÁCERES, P. A. C. (Orgs.). **Religião, etnicidade e violência**. São Paulo: Edições Terceira Via e Fonte Editorial, 2017. p. 53-69.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos; 20).

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 13 out. 2022.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer N. CNE/CP n. 03/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/CNE, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 17 maio 2023.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível

em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2020/141451-public-mec-web-isbn-2019-003/file>. Acesso em: 10 maio 2023.

CÁCERES, Pedro A. C. Religião e as raízes da violência no Brasil. In: OLIVEIRA, Irene D. de; COSTA, Celma L. F.; CÁCERES, P. A. C. (Orgs.). **Religião, etnicidade e violência**. São Paulo: Edições Terceira Via e Fonte Editorial, 2017. p. 11-31.

CAVALLEIRO, Eliane et al. **Valores Civilizatórios- dimensões históricas para uma educação anti-racista**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais Brasília: SECAD, 2006.

CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. Trad. Maria José do Amaral Ferreira. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DANTAS, Adriana Santiago Rosa; VALENTE, Gabriela. Práticas docentes e relações étnico-raciais: reflexos da sociedade brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 51, e07327, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/MLCGnnTDc78bg8DBH7hyx7m/?lang=pt>. Acesso em: 01 out. 2021.

DEL PRIORI, M.; AMANTINO, M. (Orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DIAS, L. R.; SANTANA, P. M. de S.; BORBA, C. dos A. de. Educação das relações étnico-raciais na Educação infantil: uma proposta insurgente. In: ROURE, Glacy Q. de. (Org.). **Cultura e poder: a construção da alteridade em tempo de (des)humanização**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2016. p. 159-166.

FLORIM, Bruna Galli da Silva Prado. A formação do direito civil a partir da escravidão. **Revista Pensamento Jurídico**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 449-471, 2019. Disponível em: <https://fadisp.com.br/revista/ojs/index.php/pensamentojuridico/article/view/188>. Acesso em: 15 maio 2023.

FRANCISCO JÚNIOR, W. E. Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. **Ciência e Educação**, v. 14, p. 397-416, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/PyFjT66TFDL7jSNfpWCgMGw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da Lei n. 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação. In: HERINGER, Rosana; PAULA,

Marilene de (Orgs.). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Henrich Boll Stiftung; Action Aid, 2009. p. 39-74.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2019, 2020 e 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

MOORE, Carlos. Racismo: passado conflituoso, presente comprometido, futuro incerto. In: MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 279-293.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, em 5 nov. 2003.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Encontros e encantamentos na educação infantil: andando por creches e Pré-escolas públicas: construindo uma proposta de estágio**. 6 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

SANTIAGO, Flávio. Gritos sem palavras: resistências das crianças pequenininhas negras frente ao racismo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, p. 129-153, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698132765>. Acesso em: 18 set. 2022.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. **Rev. psicol. polít.** [online], v. 10, n. 19, p. 41-55, 2010. ISSN 2175-1390.

SOUZA, M. E. V. Educação étnico-racial brasileira: uma forma de educar para a cidadania. In: MIRANDA, C.; LINS, M. R. F.; COSTA, R. C. R. da (Org.). **Relações étnicorraciais na escola: desafios teóricos e práticos pedagógicos após a Lei 10.639**. Rio de Janeiro: Ed. Quated, 2011.

SOUZA, V. S. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). **Revista Brasileira de História** (online), v. 42, p. 93-115, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/TLsppHZdSyVtfKjZbRx9qXK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2023.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. **Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços educação infantil**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/15994>. Acesso em: 10 fev. 2023.